

Ilza Ferreira da Silva

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS CANDIDATOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E DO ENSINO REGULAR NO ENEM 2014 PARA CERTIFICAÇÃO DO ENSINO MÉDIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cesgranrio, como requisito para obtenção do título de Mestre em Avaliação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nilma Santos Fontanive

Rio de Janeiro
2017

S586a Silva, Ilza Ferreira da.
Avaliação do desempenho dos candidatos da
Educação de Jovens e Adultos e do Ensino Regular no
Enem 2014 para certificação do Ensino Médio/ Ilza
Ferreira da Silva – 2017.
51 f.; 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nilma Santos Fontanive
Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação) –
Faculdade Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2017.
Bibliografia: f. 48-51.

1. Exame Nacional do Ensino Médio (Brasil) –
Avaliação 2. Exame Nacional para Certificação
de Competências de Jovens e Adultos 3. Ensino
Médio I. Fontanive, Nilma Santos II. Título.

CDD 373.80981

Ficha catalográfica elaborada por Alessandra Hermogenes (CRB7/6717)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
desta dissertação

Assinatura

Data

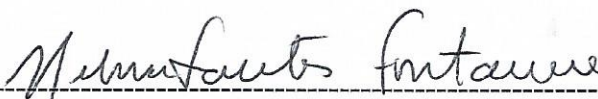
ILZA FERREIRA DA SILVA

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS CANDIDATOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E DO ENSINO REGULAR NO ENEM 2014 PARA CERTIFICAÇÃO DO ENSINO MÉDIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cesgranrio, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Avaliação.

Aprovada em 26 de julho de 2017

BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dr^ª. NILMA SANTOS FONTANIVE
Faculdade Cesgranrio



Prof^ª. Dr^ª. LIGIA GOMES ELLIOT
Faculdade Cesgranrio



Prof. Dr. EDUARDO ANTÔNIO LUCAS PARGA
Colégio Pedro II

Um tempo para cada coisa
Para tudo há um tempo, para cada coisa
há um momento debaixo dos céus:
tempo para nascer; e tempo para morrer;
tempo para plantar; e tempo para arrancar
o que foi plantado;
tempo para matar; e tempo para sarar;
tempo para demolir; e tempo para
construir;
tempo para chorar; e tempo para rir;
tempo para gemer; e tempo para dançar;
tempo para atirar pedras; e tempo para
ajuntá-las;
tempo para abraços; e tempo para apartar-
se;
tempo para procurar; e tempo para perder;
tempo para guardar; e tempo para jogar
fora;
tempo para rasgar; e tempo para costurar;
tempo para calar; e tempo para falar;
tempo para amar; e tempo para odiar;
tempo para a guerra; e tempo para a paz.

Eclesiastes 3, 1-8

Dedico este estudo aos meus pais Italo e Creuza, *in memoriam*, que me ensinaram a amar a Deus e a ser sempre agradecida pelas suas bênçãos em nossas vidas. Pai, mãe, muito obrigada!

Para vocês meu eterno amor.

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Dr.^a Nilma Santos Fontanive pela orientação, pelo exemplo profissional, pelos momentos de paciência, compreensão e competência.

À Prof.^a Dr.^a Ligia Gomes Elliot pelo acolhimento generoso, pela amizade e disponibilidade.

Ao Prof. Dr. Eduardo Antônio Lucas Parga pela participação na Banca Examinadora e sugestões oportunas para o aprimoramento do estudo realizado.

Ao Corpo Docente da Faculdade Cesgranrio pelo profissionalismo, dedicação, carinho e amizade. Muito obrigada!

Aos funcionários Valmir Marques Paiva, Nilma Gonçalves Cavalcante, Anna Karla S. da Silva e Alessandra Hermogenes pelo atencioso atendimento durante o curso.

Aos amigos da Turma 2015 pela amizade e companheirismo, pela alegre convivência durante toda a jornada. Obrigada a todos! Deus os abençoe!

Ao Leandro Marino pelo auxílio com os dados estatísticos.

Ao meu filho Allan Manoel pelo exemplo de superação e a quem eu gostaria de inspirar o apreço pela vida acadêmica.

À minha família pelo carinho, incentivo e paciência durante os "momentos tensos" do curso.

Ao meu irmão, Inácio José, por sempre se alegrar com as minhas conquistas. Meu grande incentivador e auxiliar para assuntos de informática.

Aos meus amigos do SESOP, Setor de Supervisão e Orientação Pedagógica, do Campus Tijuca II do Colégio Pedro II, pelo incentivo, carinho, amizade, compreensão pelas ausências e ajuda com o computador.

Para minha afilhada Gabriella e minha sobrinha Suellem Maria que alegremente suavizaram as tensões da jornada a quem deixo o exemplo do prazer pela leitura e a dedicação aos estudos.

A TODOS, muito obrigada! Esta vitória é nossa!

A São Judas Tadeu, meu fiel patrono, pela poderosa intercessão.

A Deus pela sua misericórdia em minha vida, que me possibilitou realizar este estudo.

RESUMO

O presente estudo avaliativo tem como objetivo comparar o desempenho de estudantes do Ensino Regular e da Educação de Jovens e Adultos, no Exame Nacional do Ensino Médio, edição 2014. Para o estudo foram escolhidos os candidatos de ambas as modalidades de ensino que optaram pela Certificação de conclusão do Ensino Médio pelo referido exame. Para alcançar o objetivo proposto foram utilizados dados estatísticos extraídos do Questionário Socioeconômico do Enem, preenchido pelos candidatos, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, referentes à edição 2014 do referido exame. A partir dos dados foi traçado o perfil de jovens e adultos, suas trajetórias de escolarização até o exame, as dificuldades presentes nas modalidades de ensino e as expectativas dos candidatos com a realização do exame. Apesar do resultado apontar um desempenho superior dos candidatos do Ensino Regular, constatou-se que tanto na Educação de Jovens e Adultos como no Ensino Regular a qualidade da educação oferecida em ambas as modalidades de ensino é precária e que são fundamentais a adoção de políticas públicas que atendam às reais necessidades do educando.

Palavras-chave: Ensino Médio. Ensino Regular. Educação de Jovens e Adultos. Exame Nacional do Ensino Médio.

ABSTRACT

This evaluative study aims to compare the performance of students in Regular Education and Education of young people and adults, in the national high school exam, 2014 Edition. For the study were chosen the candidates of both the teaching modalities which opted for high school completion Certification by examination. To achieve the proposed objective statistical data were taken from the socio-economic Survey of the national high school exam, filled by candidates, and provided by the Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, regarding the 2014 Edition of the said examination. The data was drawn from the profile of young people and adults, their enrollment until the national high school exam, difficulties in teaching modalities and the expectations of candidates with examination. Despite a superior performance of the candidates of the Mainstream, both in Regular education as Education of young people and adults, the quality of education offered in both teaching modality is precarious and the adoption of public policies that meet the real needs of the learners are essential.

Keywords: High school. Regular Education. Adult and Youth Education. National high school examination.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Tipo de escola em que cursou o Ensino Fundamental.....	35
Gráfico 2	Inserção em atividade remunerada.....	39
Gráfico 3	Inscrições para o Enem.....	44
Gráfico 4	Nota para certificação de conclusão do Ensino Médio.....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Bens de consumo que possui em casa.....	29
Tabela 2	Renda mensal da família em salários mínimos.....	30
Tabela 3	Tipo de residência.....	31
Tabela 4	Localização da residência.....	32
Tabela 5	Grau de escolaridade dos pais.....	33
Tabela 6	Tempo de conclusão do Ensino Fundamental.....	34
Tabela 7	Interrupção do Ensino Médio.....	35
Tabela 8	Frequência no Ensino Regular.....	36
Tabela 9	Motivos de abandono do Ensino Regular.....	36
Tabela 10	Idade que parou de estudar no Ensino Regular.....	37
Tabela 11	Cursa ou já cursou a Educação de Jovens e Adultos.....	37
Tabela 12	Característica do principal curso de EJA que frequenta ou frequentou.....	38
Tabela 13	Motivos que levaram a trabalhar.....	39
Tabela 14	Idade do início de atividade remunerada.....	40
Tabela 15	Horas semanais de trabalho atual ou passada.....	40
Tabela 16	Frequência atual ou passada em curso profissionalizante.....	41
Tabela 17	Frequência atual ou passada em curso preparatório - pré-vestibular.....	41
Tabela 18	Motivos de participar no Enem.....	41
Tabela 19	Candidatos interessados no Prouni e/ou FIES.....	42
Tabela 20	Resultados no Enem 2014.....	43

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENCCEJA	Exame Nacional para a Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil do Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar
PNE	Plano Nacional de Educação
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UAB	Universidade Aberta do Brasil

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	OBJETIVO.....	16
1.2	JUSTIFICATIVA.....	17
2	A EJA, O ENSINO REGULAR, O ENEM	19
2.1	A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	19
2.2	O ENSINO REGULAR.....	23
2.3	O ENEM.....	23
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	26
3.1	ABORDAGEM.....	26
3.2	QUESTÕES AVALIATIVAS.....	26
3.3	INSTRUMENTO E COLETA DOS DADOS.....	27
4	RESULTADOS	29
4.1	O CANDIDATO E A FAMÍLIA.....	29
4.1.1	O candidato e sua família	29
4.1.2	Renda mensal	30
4.1.3	Tipo de residência	31
4.1.4	Localização de residência	31
4.1.5	Escolaridade dos pais	33
4.2	O CANDIDATO E OS ESTUDOS.....	34
4.2.1	Tempo de conclusão do Ensino Fundamental	34
4.2.2	Tipo de escola em que cursou o Ensino Fundamental	34
4.2.3	Interrupção do Ensino Médio	35
4.2.4	Frequência no Ensino Regular	36
4.2.5	Característica do principal curso de EJA frequentado	38
4.2.6	O candidato e o trabalho	38
4.3	O CANDIDATO E O ENEM.....	41
4.4	RESULTADO DO DESEMPENHO.....	43
5	CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
5.1	CONCLUSÕES.....	44
5.2	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
	REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, atualmente, são vários os motivos que levam jovens e adultos a se inscreverem no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Por exemplo, testar os conhecimentos, conseguir emprego, ter acesso ao ensino superior público ou privado e dar continuidade aos estudos, participar de programas do governo como o Fundo de Financiamento ao Estudante no Ensino Superior (FIES) e o Programa de Universidade para Todos (PROUNI) e, principalmente, conseguir a certificação do ensino médio (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA, 2017).

De acordo com Travitzki (2013), o Enem é o exame padronizado em larga escala mais conhecido e, embora seja recente, avalia anualmente cerca de 5 milhões de jovens/adultos, sendo, provavelmente, o maior exame do mundo em termos de cobertura. O Enem tem causado impacto gradativo no trabalho docente e forte impacto mercadológico. Boa parte deste sucesso, se deve, ao que parece, às suas múltiplas finalidades, pois ele pode servir, dentre outras coisas, como certificado de conclusão do ensino médio, exame de admissão ao ensino superior e também como indicador de qualidade escolar.

Di Pierro (2001) revela que as motivações para jovens e adultos participarem de programas formativos são múltiplas e não necessariamente instrumentais, mas a melhoria profissional é o motivo mais declarado pela maioria dos estudantes. Estes candidatos são oriundos do ensino regular e da educação de jovens e adultos, a EJA. Para eles, o bom resultado no Enem representa uma melhoria de vida que passa pela escolarização, capacitação profissional, melhores oportunidades no mercado de trabalho que trarão benefícios para toda a família.

Resultados de análises estatísticas realizadas em dados secundários, oriundos da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD), com foco sobre a EJA, foram objeto de pesquisa de Andriola (2014). Em síntese, dentre os egressos dos Cursos de EJA, as regiões Sul e Sudeste têm a maioria significativa dos concludentes oriundos do 3º Segmento, potenciais demandantes por Ensino Superior. As regiões Sudeste e Nordeste têm grupos expressivos de concludentes do 2º Segmento, potenciais demandantes por Ensino Médio (Ensino Regular) ou EJA do 3º Segmento. Esses resultados delineiam a origem dos jovens egressos da EJA, em diferentes regiões do país.

O Enem, desde 2009, certifica o Ensino Médio para candidatos que possuírem no mínimo 18 anos completos, na data da primeira prova de cada edição do exame, atingirem 450 pontos em cada uma das áreas de conhecimento e o mínimo de 500 pontos na redação. As escalas que apresentam os resultados do exame variam de 0 a 1000 pontos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016).

O ensino regular e a educação de jovens e adultos passam por dificuldades em adequar a qualidade da educação oferecida às novas demandas da sociedade e às necessidades de seus jovens e adultos, apesar de o governo, nos últimos anos, ter criado políticas de incentivo ao ingresso no ensino superior tais como o FIES e o Prouni. Com muita frequência, jovens que cursam o ensino regular migram para a EJA em busca da aceleração dos estudos, do ingresso mais rápido no ensino superior e acesso ao mercado de trabalho, apresentando a essa modalidade de educação um novo desafio: a inclusão de jovens na busca profissional e acadêmica (MARTINS, 2014).

A preocupação com a educação de jovens é antiga no Brasil e passou por várias fases até os dias de hoje, dos programas de alfabetização à educação de base, ou educação continuada como querem hoje alguns (PAIVA, 2003). Atualmente, segundo Di Pierro (2005), caracteriza-se pela combinação de fatores ligados ao mercado de trabalho (exigência de certificação escolar) e ao sistema educativo, (elevada defasagem na relação idade/série). Deve-se considerar, ainda, a qualificação profissional, a necessidade de gerar renda e a apropriação das tecnologias da informação, evitando a exclusão social e digital.

A educação de jovens e adultos deve ser uma modalidade de educação concreta, para sujeitos concretos que possuem histórias de vida concretas em contextos concretos, com configurações concretas (ARROYO, 2007). Conhecer a clientela, suas histórias, aspirações, sua problemática se torna primordial para o oferecimento de uma educação de qualidade. Acolher de forma correta e respeitosa esta clientela, com diferentes motivações e realidades de vida, e contribuir de forma correta para a construção de um cidadão pleno é de vital importância e dever das escolas envolvidas nesta modalidade de ensino.

Apesar de ocupar o sétimo lugar entre as maiores economias do mundo (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2015), o Brasil apresenta índices elevados de desigualdade e exclusão social. É direito garantido pela Constituição Federal, o ensino fundamental (nove anos), porém, o acesso à educação

ainda não foi alcançado por muitos brasileiros. Existe falta de oportunidades iguais para todos a uma educação de qualidade. Esta desigualdade constitui uma forma de exclusão social.

A desigualdade social, a violência, o abandono, as famílias desestruturadas, o aumento da população de rua, a crise no sistema educacional, as altas taxas de criminalidade afastam os jovens das escolas, da vida acadêmica e reduzem suas oportunidades de uma vida digna em condições de igualdade de competição na entrada o mercado de trabalho. A maratona diária (dupla jornada: trabalho e estudo), a problemática situação familiar, a vulnerabilidade social (processos de discriminação, desigualdade e exclusão) são responsáveis pela exclusão social e econômica de grande parte da população brasileira com idade entre 15 e 24 anos. Além destes problemas, segundo Belloni (1999), a educação brasileira se apresenta distanciada das reais necessidades da população.

Em relação à eficácia da EJA, sabe-se que muitos candidatos, oriundos desta modalidade de ensino, solicitam a certificação do Ensino Médio pelo Enem, porém dados revelam que este número é inferior aos dos candidatos egressos do Ensino Regular.

Di Pierro (2001) fala sobre diferenças entre a EJA e o Ensino Regular, porém reconhece que ambas colecionam, dentro do cenário histórico educacional brasileiro, avanços e retrocessos em políticas públicas. Afirma ainda que as reflexões devem continuar e novas medidas precisam ser tomadas para garantir aos jovens e adultos uma educação de qualidade, independentemente de sua modalidade de ensino, *in verbis*.

A educação de jovens e adultos é um campo de práticas e reflexão que inevitavelmente transborda os limites da escolarização em sentido estrito. Primeiramente, porque abarca processos formativos diversos, onde podem ser incluídas iniciativas visando a qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política e um sem número de questões culturais pautadas em outros espaços que não o escolar. Além disso, mesmo quando se focalizam os processos de escolarização de jovens e adultos, o cânone da escola regular, com seus tempos e espaços rigidamente delimitados, imediatamente se apresenta como problemático. Trata-se, de fato, de um campo pedagógico fronteiriço, que bem poderia ser aproveitado como terreno fértil para a inovação prática e teórica. Quando se adotam concepções mais restritivas sobre o fenômeno educativo, entretanto, o lugar da educação de jovens e adultos pode ser entendido como marginal ou secundário, sem maior interesse do ponto de vista da formulação política e da reflexão pedagógica. Quando, pelo contrário, a

abordagem do fenômeno educativo é ampla e sistêmica, a educação de jovens e adultos é necessariamente considerada como parte integrante da história da educação em nosso país, como uma das arenas importantes onde vêm se empreendendo esforços para a democratização do acesso ao conhecimento. (DI PIERRO, 2001, p. 58-59).

Mais recentemente, Di Pierro (2010) contextualiza e avalia os resultados do Plano Nacional de Educação (PNE) 2001 – 2010, evidenciando que as metas para a educação de jovens e adultos não serão alcançadas. Segundo a autora, para uma educação básica de qualidade, é necessário ampliar o financiamento destinado à EJA, reverter a situação de despreparo e desvalorização profissional dos educadores que a ela se dedicam. Resta, ainda, o desafio de aperfeiçoamento do regime de colaboração entre a União, estados e municípios que permita superar a situação atual de desarticulação de iniciativas. Afirma, ainda, que o processo de construção do novo PNE oferece uma oportunidade para enfrentar com um olhar renovado, crítico e esperançoso alguns dos antigos desafios colocados para que os direitos educativos dos jovens adultos e idosos sejam respeitados.

Ao longo dos anos, a EJA vem passando por várias adequações, sempre visando melhor atender à sua clientela, que por sua vez também está se modificando. Hoje (década de 2010), muitos procuram esta modalidade de ensino, não só para dar continuidade aos estudos, por não terem tido acesso na idade própria, mas também para acelerar o estudo dos jovens com pressa em ingressar no mundo acadêmico ou no mercado de trabalho.

Diante deste quadro, torna-se necessário refletir sobre a EJA e seu resultado, que continua fiel aos seus objetivos da época de sua elaboração, porém precisa se adequar ao novo perfil de alunos.

1.1 OBJETIVO

A reflexão sobre a EJA e as modificações pelas quais passou essa modalidade da educação nacional, com destaque à possibilidade de o Enem proporcionar, ao candidato, um certificado de concluinte do nível médio de ensino, de forma mais rápida do que em anos de curso formal, levaram ao objetivo deste estudo.

O estudo pretendeu, inicialmente, avaliar o desempenho dos alunos da EJA que realizaram o Enem 2014 e solicitaram a certificação de conclusão do Ensino

Médio. Interessa saber se o resultado do desempenho dos candidatos oriundos da EJA se apresenta no mesmo nível do desempenho dos candidatos egressos do ensino regular que realizaram a mesma edição do referido exame, com os mesmos objetivos.

Com a realização deste estudo avaliativo, pretende-se constatar a eficácia da EJA, focalizando o desempenho dos alunos egressos desta modalidade de ensino em uma avaliação em larga escala, como o Enem.

1.2 JUSTIFICATIVA

No Enem, versão 2014, participaram 127.843 alunos do Ensino Regular e 51.071 da Educação de Jovens e Adultos buscando a certificação para o Ensino Médio (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA, 2002b).

Com base nos resultados do Enem 2014 pretende-se responder a pergunta: a EJA oferece aos seus estudantes reais condições de competir com egressos do Ensino Regular? A resposta será obtida analisando-se as semelhanças e diferenças nos perfis dos candidatos entre as modalidades de ensino e seu desempenho nesta edição do exame.

Comparando os resultados desta modalidade de ensino com o desempenho dos alunos do Ensino Regular, pretende-se tecer considerações que favoreçam a implementação de políticas públicas que se traduzam em melhorias na qualidade da educação oferecida.

A análise dos dados, de base nacional, oferece material de reflexão para a tomada de medidas que promovam a melhoria da educação, da qualidade do ensino e da democratização, diminuindo a desigualdade social.

Martins (2014) aponta o desafio do novo aluno da EJA: a crescente inclusão de jovens na busca profissional e acadêmica. Segundo o estudo, as transformações do perfil do aluno da EJA não descaracterizam a modalidade de ensino, pois ela continua respondendo para o fim a qual foi elaborada. Devido às mudanças na sociedade a EJA apresenta-se como uma alternativa de ensino para um novo público alvo.

O presente estudo pretende contribuir, por meio da análise dos dados de base nacional sobre o desempenho dos alunos da EJA e do Ensino Regular no Enem, ajudar a determinar as reais necessidades de educação deste público alvo, promover a discussão dos fatores que determinam a evasão ou permanência nos cursos,

apontando caminhos que reduzam a retenção, evasão e aumentem o número de alunos concluintes.

O presente estudo pode também contribuir com dados relevantes para reflexões sobre a EJA e as reais necessidades de sua clientela; sobre estratégias para evitar a repetência no Ensino Regular e a adequação do Enem como exame de certificação do Ensino Médio, suscitando ações que envolvam as políticas públicas em educação promovendo mudanças na educação garantindo sua democratização, combatendo a desigualdade social.

2 A EJA, O ENSINO REGULAR, O ENEM

2.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Corrêa (2009, p. 7) afirma que muitos ainda acreditam que a Educação de Jovens e a Adultos consiste apenas em alfabetizar, isto é, decodificação e codificação da leitura e escrita.

A alfabetização é crucial na Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas não é o único objetivo da EJA. Tecnologia, ciências, comunicação, corporeidade, política e linguagens, como a corporal, do teatro, da físico-química, da informática, da televisão do jornal são as áreas do conhecimento que também são envolvidas nesse processo. [...]

O autor enfatiza a amplitude que o conceito da EJA possui:

Outro aspecto importante é salientar a evolução do entendimento sobre a abrangência do conceito da EJA. A Educação de Jovens e Adultos abrange o Ensino Médio noturno, todos os tipos de cursos de qualificação, profissionalização, graduação ou pós-graduação, pois em todas essas modalidades o público é de jovens e adultos (independentemente de serem trabalhadores alunos ou alunos trabalhadores). Essa teoria é embasada no conceito de educação continuada e pode ser expressa pelo termo andragogia. (CORRÊA, 2009, p. 7).

Ao estabelecer diferenças entre andragogia e pedagogia, Martins (2014) esclarece que a andragogia, característica da aprendizagem pessoas adultas, difere da Pedagogia por possuir uma didática voltada especificamente para jovens e adultos com contextos educativos muito heterogêneos e diversificados. Contribui para o entendimento de que tal diversidade na EJA engloba três funções, quais sejam: a reparadora, pois permite o retorno à sala de aula desse jovem/adulto; a equalizadora, por permitir que ele volte ao ponto de onde parou, sem qualquer prejuízo; e a função permanente, que propicia a atualização do conhecimento, aquela que vai acompanhá-lo pelo resto de suas vidas e pode ser chamado de qualificadora.

A política de Educação de Jovens e Adultos, diante do desafio de resgatar um compromisso histórico da sociedade brasileira e contribuir para a igualdade de oportunidades, inclusão e justiça social, fundamenta sua construção nas exigências legais definidas pela Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988), em seu artigo 208, que assegurava o ensino fundamental obrigatório e gratuito. Em 2009, o artigo 208 sofreu alterações, regulamentando o ensino básico, determinando ao Estado o

dever de garantir a educação de jovens e adultos fornecendo o suporte necessário, garantindo o acesso de todos, em todas as etapas (BRASIL,1988):

- I. educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de:
- II. ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- III. atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) também dispõe sobre a educação de jovens e adultos, orientando sobre a metodologia, acesso, exames e certificação dos Ensinos Fundamental e Médio.

No Título V, capítulo II como modalidade da educação básica, superando sua dimensão de ensino supletivo, regulamentando sua oferta a todos aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino fundamental.

Artigo 37: A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Artigo 38 Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1996).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos,

instituídas pelo Parecer 11/2000 e pela Resolução 1/2000 do Conselho Nacional de Educação, Câmara de Ensino Básico (BRASIL, 2000), devem ser observadas na oferta e estrutura dos componentes curriculares dessa modalidade de ensino, estabelecem que:

- Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio [...]
- A Educação de Jovens e Adultos tem as funções Reparadora, Equalizadora e Qualificadora:
 - Reparadora - assegura o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano;
 - Equalizadora - permite a reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência;
 - Qualificadora - é o próprio sentido da EJA. Tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. (BRASIL, 2000).

Na Seção V, da Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 1996), o Artigo 38 instrui que os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular:

- § 1ª Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:
 - I - no nível de conclusão do ensino fundamental para maiores de quinze anos;
 - II - no nível de conclusão do ensino médio para os maiores de dezoito anos.
- § 2ª Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios formais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1996).

Uma nova característica da EJA é a presença de jovens em busca da aceleração dos estudos, para acesso ao mercado de trabalho ou a entrada mais rápida no Ensino Superior, causando a juvenilização desta modalidade de ensino.

Segundo Carvalho (2009, p. 7.804), muitos fatores vêm contribuindo para que o fenômeno de juvenilização venha a se tornar uma categoria permanente na EJA:

As deficiências do sistema regular público, como a evasão, repetência que ocasionam a defasagem entre idade/série, a possibilidade de aceleração de estudos (como o fato de concluir em menor tempo o Ensino Fundamental e Médio) e a necessidade do emprego contribuem para a migração dos jovens à EJA.

Di Pierro (2010) registra que, nos últimos anos, essa presença juvenil e as normas que a sustentam vêm sendo questionadas por setores que postulam a elevação da idade mínima de ingresso na EJA para 18 anos, alegando que o ensino regular deve ser o espaço preferencial de formação dos adolescentes.

Para Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001), a educação básica de jovens e adultos não deve reproduzir as formas de organização, currículos, métodos e materiais da educação básica infanto-juvenil. Muito ao contrário, a experiência internacional recomenda flexibilizar currículos, meios e formas de atendimento, integrando as dimensões de educação geral e profissional, reconhecendo processos de aprendizagem informais e formais, combinando meios de ensino presenciais e a distância, de modo a que os indivíduos possam obter novas aprendizagens e a certificação correspondente mediante diferentes trajetórias formativas. Isso implica:

- Descentralizar o sistema de ensino e conceder autonomia aos centros educativos para que formulem projetos pedagógicos pertinentes às necessidades educativas das comunidades em que estão inseridos, convertendo-se estes no *locus* privilegiado de desenvolvimento curricular;
- Flexibilizar a organização curricular e assegurar certificação equivalente para percursos formativos diversos, facultando aos indivíduos que autodeterminem suas biografias educativas, optando pela trajetória mais adequada às suas necessidades e características;
- Prover múltiplas ofertas de meios de ensino-aprendizagem, presenciais ou a distância, escolares e extraescolares, facultando a circulação e o aproveitamento de estudos nas diferentes modalidades e meios;
- Aperfeiçoar os mecanismos de avaliação, facultar a acreditação de aprendizagens adquiridas na experiência pessoal e/ou profissional ou por meio de ensinamentos não-formais, diversificando e flexibilizando os meios de acesso a níveis de escolaridade mais elevados. (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p. 71-72).

2.2 O ENSINO REGULAR

O ensino regular é entendido como a educação básica que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

A Educação Infantil abrange a creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 a 5 anos); visa ao desenvolvimento integral da criança, e não prevê reprovação.

O Ensino Fundamental tem duração mínima de 9 anos, tem o objetivo de desenvolver a capacidade de aprender, fortalecer os vínculos da família, da solidariedade e tolerância, em pelo menos quatro horas de trabalho diário.

O Ensino Médio se desenvolve em um mínimo de 3 anos e propõe o aprofundamento dos estudos, da tecnologia e preparação para o trabalho.

O Ensino Médio, última etapa do ensino regular, ou seja, da educação básica, será analisado neste estudo avaliativo, na medida em que o desempenho de seus candidatos será comparado com o dos egressos da EJA.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), Seção IV, Artigo 35, o Ensino Médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

- I. a consolidação dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II. a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III. o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento criativo;
- IV. a compreensão dos fundamentos científicos-tecnológicos dos processos produtivos, relacionados a teoria como prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, 1996).

2.3 O ENEM

O Enem foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao final de sua jornada pela educação básica, buscando contribuir para a melhoria na qualidade da escolarização (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA, 2009).

Na plataforma do Inep destaca-se ainda a função primordial do Enem que é a avaliação do desempenho escolar e acadêmico ao fim do Ensino Médio. As informações obtidas a partir dos resultados do exame são utilizadas para acompanhamento da qualidade do Ensino Médio no país, na implementação de políticas públicas, criação de referência nacional para o aperfeiçoamento dos currículos do ensino médio, desenvolvimento de estudos e indicadores sobre a educação brasileira e estabelecimento de critérios de acesso do participante a programas governamentais. O Enem serve também para a constituição de parâmetros para a auto avaliação do participante, com vistas à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho.

O Enem é utilizado, desde 2009, para acesso de candidatos à Educação Superior, tanto em programas do Ministério da Educação como o Sistema de Seleção Unificada (SISU) e o Prouni, quanto em processos de permanência, como o FIES, e também para promover a certificação de jovens e adultos no nível de conclusão do ensino médio nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e atendendo à Portaria nº 109, de 27 de maio de 2009 (BRASIL, 2009).

De acordo com o Inep (2017), o participante do Enem, interessado em obter o certificado de conclusão do Ensino Médio ou a declaração parcial de proficiência deverá atender aos seguintes requisitos:

- 1) Indicar a pretensão de utilizar os resultados de desempenho no exame para fins de certificação de conclusão do Ensino Médio, no ato de inscrição, bem como a instituição certificadora.
- 2) Possuir no mínimo 18 (dezoito) anos completos na data da primeira prova de cada edição do exame.
- 3) Atingir no mínimo de 450 (quatrocentos e cinquenta) pontos em cada uma das áreas de conhecimento do exame.
- 4) Atingir o mínimo de 500 (quinhentos) pontos na redação. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA, 2017).

O Enem, como avaliador e certificador do Ensino Médio, é o resultado de reformas políticas educacionais, uma possibilidade de superação dos problemas do sistema educacional (SILVA, 2016).

Na plataforma do MEC, encontram-se informações sobre as políticas públicas implantadas pelo governo para garantir o acesso ao Ensino Superior e cujo pré-requisito é a realização do Enem. Uma delas é o Prouni que

[...] concede bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais, para estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda familiar per capita máxima de três salários mínimos. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005. Para o Programa, os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio – Enem conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016).

Outra política pública do Ministério da Educação é o Programa Universidade para Todos, que juntamente com o FIES e o SISU, tem por finalidade “selecionar os candidatos às vagas das instituições públicas de ensino superior que utilizarão a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como única fase de seu processo seletivo”. Além desses,

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica ampliam significativamente o número de vagas na educação superior, contribuindo para um maior acesso de jovens à educação superior. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016).

A despeito dessas políticas públicas educacionais, ainda há diversos pontos frágeis no contínuo processo de democratização do ensino, em especial no que diz respeito ao acesso de egressos da EJA no Ensino Superior.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 ABORDAGEM

A avaliação centrada nos objetivos é vista por Tyler como o processo de determinação da medida em que os objetivos de um programa são realmente alcançados (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

A principal característica de uma abordagem centrada em objetivos é o fato de que os propósitos da atividade são especificados e nesse caso a avaliação concentra-se na medida em que esses objetivos são alcançados.

A abordagem Tyleriana da avaliação era constituída dos seguintes passos: estabelecer metas ou objetivos gerais; classificar as metas ou objetivos; definir os objetivos em termos comportamentais; encontrar situações em que é possível mostrar que os seus objetivos foram alcançados; criar ou selecionar técnicas de mensuração; coletar dados relativos ao desempenho; e comparar dados do desempenho com os objetivos formulados comportamentalmente.

As discrepâncias entre o desempenho e os objetivos levam a modificações cuja intenção é corrigir a deficiência, e o ciclo da avaliação se repete.

Esta abordagem tem dominado a teoria e o desenvolvimento desde 1930, pois o seu procedimento fácil de compreender, mostrou ser atraente por deixar que o fato de alcançar os objetivos determine o êxito, ou o fracasso, e justifique melhorias, manutenção ou encerramento das atividades do programa.

A abordagem centrada nos objetivos atende à proposta deste estudo avaliativo que pretende analisar os resultados dos alunos da EJA, candidatos a obter a Certificação do Ensino Médio, pelo Enem edição 2014, comparados ao desempenho dos estudantes do Ensino Regular que realizaram a mesma prova com a mesma intenção.

3.2 QUESTÕES AVALIATIVAS

O presente estudo pretendeu responder às seguintes questões avaliativas:

1) Até que ponto os alunos egressos da EJA apresentaram notas suficientes para a certificação do Ensino Médio pelo Enem?

2) Até que ponto o desempenho dos alunos egressos da EJA no Enem se compara ao dos oriundos do Ensino Regular, candidatos à Certificação do Ensino Médio?

3.3 INSTRUMENTO E COLETA DOS DADOS

Para alcançar o objetivo proposto - analisar e comparar o desempenho de estudantes egressos do Ensino Regular e da EJA - que solicitaram a Certificação, pelo E , do Ensino Médio - foram utilizados dados da edição 2014 do Enem, provenientes do Questionário Socioeconômico. Os dados foram disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Os dados foram acessados graças à parceria Inep/Cesgranrio, sendo disponibilizados pela orientação da dissertação e entregues à mestranda para a realização do estudo.

Segundo o MEC, o Questionário Socioeconômico do Enem,

além de servir para aprofundar os dados e informações a respeito dos participantes do Enem, [...] é um importante instrumento por meio do qual o candidato pode relatar as suas impressões sobre as condições do ensino que recebeu, a sua vida estudantil, a situação do Brasil e muito mais. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANISIO TEIXEIRA, 2008).

É importante, para o MEC, que o questionário seja bem preenchido pelos candidatos ao Enem, pois, além de “traçar um perfil mais preciso dos participantes do Enem” [...], “a partir das informações coletadas, poderão ser formuladas novas políticas públicas visando à melhoria da educação no país.” (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANISIO TEIXEIRA, 2008). O questionário foi respondido de acordo com a necessidade do candidato, conforme informa o MEC (2011):

Os interessados em realizar a prova para testar seus conhecimentos ou prosseguir com os estudos no ensino superior responderão um grupo de até 22 questões – algumas dependem da resposta anterior para serem mostradas pelo sistema. O participante que desejar a certificação do ensino médio responderá essas perguntas e mais sete questões, no máximo – o número também varia conforme a resposta anterior. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2011).

De acordo com o objetivo do estudo, os dados utilizados são os de candidatos originários da EJA e do Ensino Regular, de todo o país, que realizaram o Enem 2014 e solicitaram a certificação do Ensino Médio.

Os dados abrangem os seguintes aspectos: renda familiar, acesso à internet, escolaridade dos pais, inserção no mercado de trabalho, trajetória escolar e orientação profissional dos candidatos, situação em relação ao ensino médio, tipo de escola frequentada, modalidade de ensino (Regular/EJA), motivação para fazer o Enem e aspirações futuras.

Os dados foram coletados utilizando-se a plataforma disponibilizada pelo Inep, em seu portal eletrônico.

Dos dados informados no questionário socioeconômico foram produzidas tabelas demonstrativas utilizadas para compor o perfil dos candidatos.

4 RESULTADOS

O presente estudo avaliou, de forma comparativa, o desempenho de 1.329.734 candidatos oriundos do Ensino Regular e 111.326 da EJA que realizaram o Enem 2014, com o objetivo de conseguir a certificação do Ensino Médio.

A princípio, esperava-se encontrar muitas diferenças entre eles. Porém, analisando-se as respostas do Questionário Socioeconômico do Enem 2014, preenchido pelos candidatos, observa-se que em muitos aspectos há várias semelhanças, seja na aquisição de bens de consumo, no uso do computador e no acesso à *internet* que podem apresentar pequenas distinções relativas a comunidades e regiões onde estão inseridos ou na vida escolar, pontuada nas duas modalidades de ensino por avanços e retrocessos, a descontinuidade de estudos, seja na EJA ou no Ensino Regular, a inclusão no mercado de trabalho, a evasão, a repetência, a falta de infraestrutura das escolas, as muitas dificuldades para a conclusão da educação básica.

Os dados selecionados para a construção do perfil colaboram para o entendimento da situação familiar, da difícil trajetória escolar, o tipo de escola frequentada, as relações de trabalho, fatos que interferem no desempenho dos candidatos nesta edição do exame.

4.1 O CANDIDATO E A FAMÍLIA

4.1.1 O candidato e sua família

Segundo os dados do questionário socioeconômico não se encontrou muita diferença entre os jovens do Ensino Regular e os jovens e adultos da EJA em relação à aquisição de computador, automóvel, *freezer*, aparelho celular e acesso à *internet*.

Em relação à aquisição de bens de consumo, há poucas diferenças entre os estudantes das modalidades de ensino analisadas.

Tabela 1 – Bens de consumo que possui em casa

Bens	Ensino Regular	EJA
Computador	47,0%	50,5%
Automóvel	33,0%	32,0%
Freezer	24,3%	19,8%
Celular	39,6%	26,0%
Internet	54,9%	54,7%

Fonte: A autora (2017) adaptado do INEP (2016).

Os bens de consumo refletem o nível de vida dos candidatos. De acordo com os dados da Tabela 1, o Ensino Regular apresenta poder aquisitivo maior que o da EJA.

Pesquisas revelam que o acesso a bens aumentou entre as famílias com renda familiar *per capita* inferior a meio salário mínimo. Destaca-se o maior acesso à telefonia e a outros bens domésticos como máquinas de lavar, geladeiras e freezer (TORRES; BICHR; CARPIM, 2006).

Os autores afirmam ainda que:

Em síntese, observam-se, apesar do aumento de domicílios pobres nas regiões metropolitanas, expressivas melhoras em termos de maior acesso a bens e serviços, indicando complexidade dos padrões recentes de pobreza urbana. Esses resultados sugerem que se evidencia uma pobreza “diferente” em termos dos conteúdos a ela associados. Essa pobreza diferente é agora caracterizada – ao menos nas áreas metropolitanas – pelo maior acesso ao consumo de bens e serviços.

4.1.2 Renda mensal

A renda mensal é requisito básico para a entrada em programas do governo como o Prouni. Os candidatos que apresentam renda familiar bruta *per capita* máxima de um salário mínimo e meio podem conseguir bolsa integral, os que comprovam renda familiar bruta *per capita* máxima de três salários mínimos tem direito a bolsa parcial de 50%.

Tabela 2 - Renda mensal da família em salários mínimos

Salários mínimos	Ensino Regular	EJA
Até 1	41,7%	38,9%
Mais de 1.5 até 2	10,7%	13,1%
Mais de 2 até 2.5	5,5%	6,6%
Mais de 3 até 4	4,7%	5,1%
Mais de 6 até 7	1,3%	0,7%
Mais de 12 até 16	0,6%	0,2%

Fonte: A autora (2017) adaptado do INEP (2016).

Pela renda mensal familiar informada pela maioria dos candidatos de ambas as modalidades de ensino, entende-se as dificuldades encontradas para se ter uma vida acadêmica produtiva e contínua e a conclusão da educação básica.

Belloni (1999) destaca que a educação como fator de desenvolvimento

econômico (força de trabalho mais escolarização favorece o crescimento); educação como fator de distribuição de renda (mais educação leva a melhores salários e mais acesso aos bens de consumo); educação leva à participação política (voto) e cultural, à educação e autonomia política e ao desenvolvimento da consciência política.

Segundo Figueiredo, Nogueiray e Santanaz (2014), dentre as variáveis, a renda é, sem dúvida, crucial na determinação do resultado dos estudos, já que os alunos que pertencem à faixa de renda mínima, tem que se esforçar praticamente três vezes mais do que os indivíduos pertencentes à faixa máxima de renda para obterem resultados acima da média.

4.1.3 Tipo de residência

Os candidatos residem com suas famílias em residência própria e quitada, alugada, própria em pagamento (financiamento), cedida, ou outra situação.

Tabela 3 – Tipo de residência

Residência	Ensino Regular	EJA
Própria e quitada	67,1%	53,9%
Própria e em pagamento	6,3%	6,9%
Alugada	17,7%	26,4%
Cedida	7,1%	10,0%
Outra situação	1,9%	2,7%

Fonte: A autora (2017) adaptado do INEP (2016).

A adequação da residência é outro determinante do bom desempenho educacional.

Os dados revelam que a maioria dos candidatos reside em domicílios urbanos, em imóveis próprios e quitados. No entanto, os estudantes da EJA revelam uma fragilidade na situação econômica familiar por apresentarem maior percentual de residências alugadas.

4.1.4 Localização de residência

A zona urbana concentra o maior número de candidatos.

Tabela 4 – Localização da residência

Localização	Ensino Regular	EJA
Zona Rural	13,7%	8,2%
Zona Urbana	85,9%	91,4%
Comunidade Indígena	0,2%	0,2%
Comunidade Quilombola	0,2%	0,2%

Fonte: A autora (2017) adaptado do INEP (2016).

A diferença entre os estudantes da zona rural e urbana que permanecem no sistema educacional é notória (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA, 2002a).

Os estudantes da zona rural encontram grandes obstáculos ao seu processo formativo que vão desde o deslocamento, por meio de transporte escolar, até as questões culturais mais amplas.

Dados revelam que estudantes da zona urbana apresentam mais anos de estudo que os da zona rural. Segundo Castro (2009, p. 675-676), na categoria localização, o diferencial chega próximo de menos de 4 anos de estudos para a população rural, em comparação com a população urbana/metropolitana. Essa população é a que se encontra em melhor situação, já atingindo 8,5 anos de estudo. A população negra também tem menos de 2 anos de estudo em média, em comparação com a branca.

Observa-se uma discreta participação de comunidades indígenas e quilombolas nesta edição do exame. A participação é prevista na Constituição de 1988 que garantiu a preservação das práticas de educação tradicionais de cada povo. Na educação formal, a interculturalidade, os métodos próprios de aprendizagem, o uso da língua materna, entre outros e a nova sistemática com o uso da nota do Enem contribuem para o acesso de indígenas aos três níveis de ensino: fundamental, médio e superior (LIPÚ; LANDA, 2011).

No século seguinte, o Decreto nº 7824, de 11 de outubro de 2012 (BRASIL, 2012) determinou a reserva de vagas para os candidatos que se declararem pretos, pardos e indígenas. O Capítulo II é dedicado às modalidades de reservas de vagas para esses candidatos.

Art. 3º As instituições federais vinculadas ao Ministério da Educação - MEC que ofertam vagas de educação superior reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em

escolas públicas, inclusive em cursos de educação profissional técnica, observadas as seguintes condições:

II - proporção de vagas no mínimo igual à da soma de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação do local de oferta de vagas da instituição, segundo o último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, será reservada, por curso e turno, aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Parágrafo único. Os resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem poderão ser utilizados como critério de seleção para as vagas mencionadas neste artigo.

Art. 4º As instituições federais que ofertam vagas de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de nível médio, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas [...]. (BRASIL, 2012).

4.1.5 Escolaridade dos pais

Coelho (2010) afirma que as figuras parentais representam uma forte influência sobre a socialização das crianças/adolescentes. Espera-se que os comportamentos dos pais influenciem o desenvolvimento das capacidades cognitivas e o desempenho acadêmico dos filhos e educandos. Com isto, deseja-se salientar que a ausência de modelos positivos de identificação (no caso vertente, pais com elevada identificação com o ambiente escolar) poderá induzir os filhos a apresentarem uma baixa identificação com o ambiente escolar, levando à desvalorização desta instituição.

A escolaridade da mãe, do pai e a renda da família formam o *background* familiar que está relacionado ao desempenho dos estudantes.

Quanto maior a escolaridade dos pais (mãe ou pai) e a faixa de renda familiar, melhor será o desempenho dos candidatos no Enem.

Tabela 5 – Grau de escolaridade dos pais

Escolaridade	Ensino Regular		EJA	
	Mãe	Pai	Mãe	Pai
Não estudou	4,3%	6,4%	9,8%	11,3%
1º ao 5º ano	2,2%	25,8%	29,4%	30,9%
6º ao 9º ano	20,3%	17,8%	20,9%	16,8%
Ensino Médio Incompleto	8,0%	6,6%	6,8%	5,7%
Ensino Médio	23,7%	19%	17,0%	13,7%
Ensino Superior Incompleto	3,6%	2,8%	2,5%	1,8%
Ensino Superior	7,5%	5,9%	4,2%	3,0%
Pós-Graduação	3,9%	2,2%	1,7%	0,8%
Não sei	5,3%	13,6%	7,6%	16,0%

Fonte: A autora (2017) adaptado do INEP (2016).

Segundo Melo e Arakawa (2012), o *background* familiar, composto principalmente pelo nível educacional dos pais e a renda da família, consiste em um dos mais importantes determinantes do sucesso educacional e profissional dos filhos.

4.2 O CANDIDATO E OS ESTUDOS

4.2.1 Tempo de conclusão do Ensino Fundamental

Muitos candidatos encontraram dificuldade em concluir o Ensino Fundamental. Os candidatos da EJA levaram mais tempo.

Tabela 6 – Tempo de conclusão do Ensino Fundamental

Tempo	Ensino Regular	EJA
Menos de 8 anos	12,3%	17,0%
8 anos	41,9%	32,0%
9 anos	27,3%	20,9%
10 anos	9,3%	12,0%
11 anos	3,5%	5,2%
Mais de 11 anos	4,5%	10,9%
Não concluiu	0,9%	1,9%
Não cursei	0,1%	0,2%

Fonte: A autora (2017) adaptado do INEP (2016).

Fernandes (2007) destaca que, no Brasil, a questão do acesso ao Ensino Fundamental está praticamente resolvida, uma vez que quase a totalidade de crianças ingressa no sistema educacional. O problema ainda reside nas altas taxas de repetência, na elevada proporção de adolescentes que abandonam a escola sem concluir a educação básica e na baixa proficiência obtida pelos estudantes em exames padronizados.

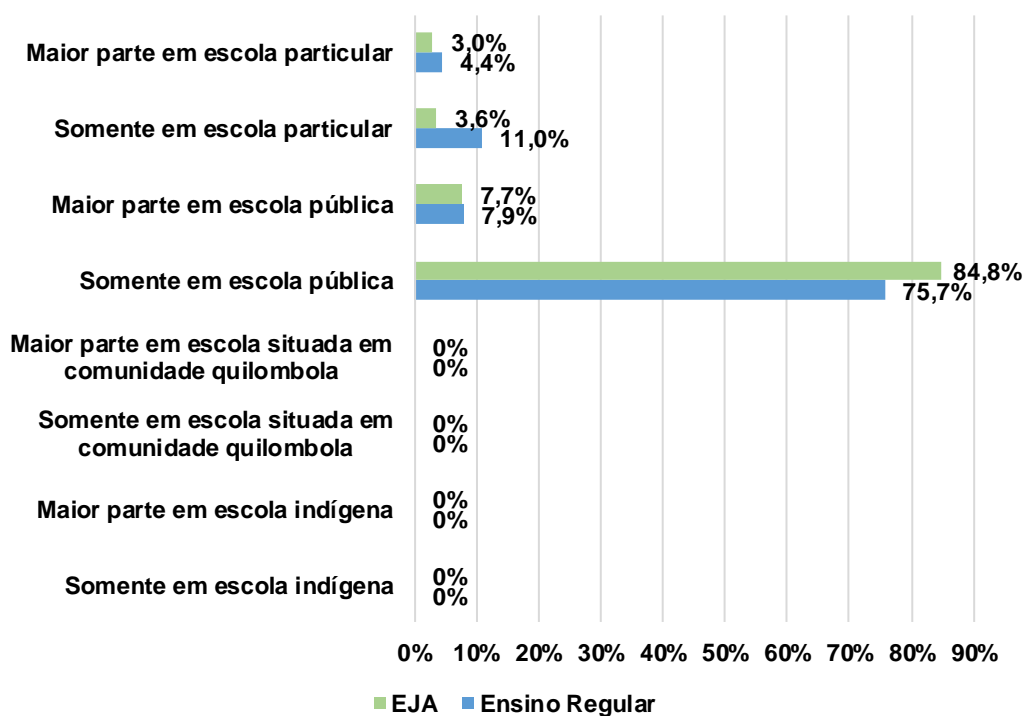
Os alunos da EJA precisaram de mais tempo para concluir o Ensino Fundamental. Também apresentaram os maiores percentuais entre os que não cursaram ou não concluíram esse nível de escolaridade.

4.2.2 Tipo de escola em que cursou o Ensino Fundamental

Segundo os candidatos, o Ensino Fundamental foi cursado, pela maioria em escola pública. Não foi oportunizada, apesar dos programas do governo, a realização

desta modalidade de ensino em escolas indígenas ou em escolas situadas em comunidades quilombolas.

Gráfico 1 - Tipo de escola em que cursou o Ensino Fundamental



Fonte: A autora (2017) adaptado do INEP (2016).

4.2.3 Interrupção do Ensino Médio

A necessidade de trabalho e geração de renda, a dificuldade de acesso à escola e a falta de interesse pela vida acadêmica são alguns dos motivos que levam jovens e adultos a deixarem os estudos.

Tabela 7 – Interrupção do Ensino Médio

Interrupção	Ensino Regular	EJA
Não	87,3%	41,3%
Sim. Por 1 ano	6,5%	18,2%
Sim. Por 2 anos.	2,5%	11,6%
Sim. Por 3 anos.	1,0%	6,4%
Sim. Por 4 ou anos ou mais	2,1%	22,3%

Fonte: A autora (2017) adaptado do INEP (2016).

Segundo os dados, os estudantes da EJA apresentaram um expressivo quadro de descontinuidade acadêmica durante o Ensino Médio.

Para Krawczyk (2009), neste caso, a desigualdade educacional se traduz na

falta de acesso e na ausência de políticas públicas que garantam a permanência do estudante no curso e, também, pela qualidade da educação oferecida.

4.2.4 Frequência no Ensino Regular

Apesar da desigualdade de oportunidades no sistema educacional brasileiro expressas na qualidade da educação oferecida, principalmente na rede pública, os dados revelam que a maioria dos candidatos cursou o Ensino Regular em algum momento de sua trajetória escolar, muitas vezes sem sucesso, sem conseguir concluir a educação básica.

Tabela 8 – Frequência no Ensino Regular

Frequência	Ensino Regular	EJA
Sim	81,9%	88,4%
Não	16,9%	11,1%

Fonte: A autora (2017) adaptado do INEP (2016).

Tabela 9 – Motivos de abandono do Ensino Regular

Motivos	Ensino Regular		EJA	
	Sim	Não	Sim	Não
Falta de vaga em escola pública	2,0%	9,8%	4,2%	84,2%
Ausência de vaga em escola pública próxima à residência	3,2%	78,7%	8,25%	80,2%
Dificuldade após reprovação	4,8%	77,4%	19,9%	68,4%
Falta de interesse em estudar	2,9%	79,0%	12,2%	76,2%
Falta de condições adequadas na escola	3,4%	78,5%	6,8%	81,6%
Trabalho e falta de tempo para estudar	7,4%	79,5%	43,8%	44,5%
Motivos pessoais casamento, filhos, etc.	5,2%	76,7%	27,0%	61,3%
Falta de apoio familiar	2,2%	79,8%	11,0%	77,4%
Medo de sofrer violência	2,8%	79,1%	8,6%	79,9%
Discriminação/Preconceito/ sexo raça/ idade	1,0%	80,9%	2,5%	85,8%
Problemas de saúde ou acidente	1,4%	80,5%	2,3%	86,1%

Fonte: A autora (2017) adaptado do INEP (2016).

O trabalho e a falta de tempo para estudar foram apontados por 43.8% dos candidatos da EJA e 7.4% dos estudantes do Ensino Regular como principal motivo para a evasão escolar no Ensino Regular.

O percentual de estudantes que não deixaram de frequentar o Ensino Médio é maior entre os candidatos egressos do Ensino Regular.

O problema da evasão escolar está relacionado ao fracasso escolar do estudante e também da instituição de ensino a escola, que deveria determinar, garantir o sucesso do aluno, porém, diante de diversos problemas de infraestrutura, e problemas de identidade, acaba contribuindo para a evasão, que leva à exclusão.

De acordo com Fornari (2010), a necessidade de trabalho também sobrecarrega o aluno, levando-o a um baixo desempenho na aprendizagem.

Para Sampaio (2009), o desencanto dos jovens com a escola e sua exclusão precoce do sistema educacional estão na raiz dos problemas sociais que alguns setores querem solucionar por meio de medidas repressivas e punitivas. Se se quiser evitar a barbárie decorrente de um Brasil desigual, o único caminho é devolver aos jovens e adultos o direito de sonhar com um futuro melhor. Para isso, o primeiro passo é criar oportunidades educacionais.

A dificuldade após a reprovação (o problema da repetência), a falta de condições adequadas na escola e a necessidade de trabalhar, que acarreta a falta de tempo para estudar, foram causas apontadas pelos candidatos da EJA como principais motivos para deixar de cursar o Ensino Regular.

Tabela 10 - Idade que parou de estudar no Ensino Regular

Faixa etária	Ensino Regular	EJA
menos de 10 anos	2,1%	2,0%
entre 10 e 14 anos	3,8%	8,3%
entre 15 e 18 anos	9,3%	47,9%
entre 19 e 24 anos	2,5%	14,0%
entre 25 e 30 anos	0,3%	1,5%
Mais de 30 anos	0,1%	0,3%
Não deixei de estudar	63,6%	14,1%

Fonte: A autora (2017) adaptado do INEP (2016).

A repetência, que ocasiona a defasagem idade/série, a possibilidade de acelerar os estudos e a necessidade de gerar renda contribuem para que jovens abandonem a escola, o Ensino Regular entre os 15-18 anos, ou seja nesta faixa etária em que a educação básica é obrigatória.

Tabela 11 - Cursa ou já cursou a Educação de Jovens e Adultos

	Ensino Regular	EJA
Sim	6,7%	95,7%
Não	92,5%	4,0%

Fonte: A autora (2017) adaptado do INEP (2016).

Apesar de muitos jovens estarem migrando para a EJA com o objetivo de acelerar os estudos e /ou conseguir melhorias no trabalho, a maioria dos candidatos do Ensino Regular declarou nunca ter frequentado o Curso de Jovens e Adultos – a EJA.

4.2.5 Característica do principal curso de EJA frequentado

A Educação de Jovens e Adultos pode ser ministrada de forma presencial ou semipresencial em instituição pública ou privada, de forma presencial na empresa em que trabalha, em instituição filantrópica ou religiosa, a distância (via rádio, televisão, internet, correio, com apostilas).

Tabela 12 – Característica do principal curso de EJA que frequenta ou frequentou

Curso	Ensino Regular	EJA
presencial em escola pública	6,0%	70,9%
presencial em escola	0,4%	6,2%
presencial na empresa em que trabalha	-	0,2%
a distância	0,1%	2,2%
semipresencial em escola pública	0,2%	14,6%
semipresencial em escola particular	0,1%	1,5%

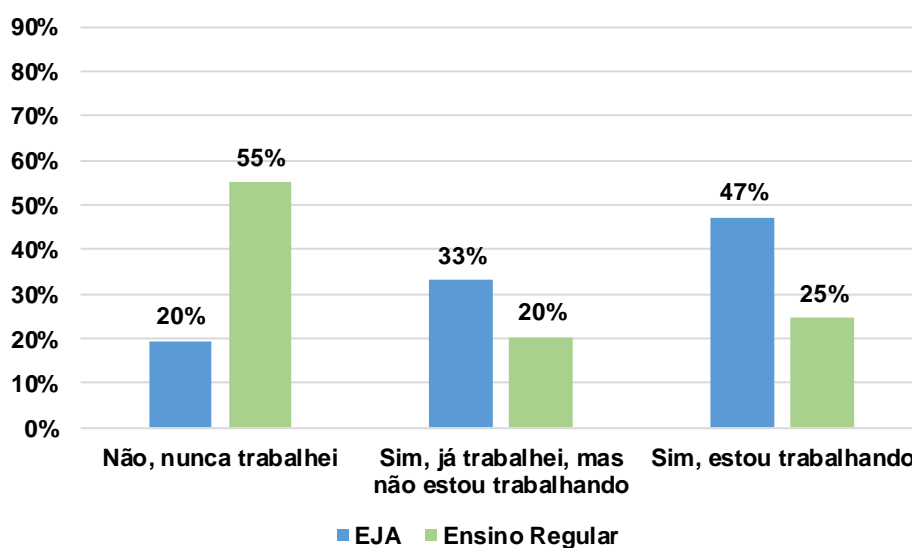
Fonte: A autora (2017) adaptado do INEP (2016).

A maioria dos candidatos declarou ter cursado a EJA em curso presencial ministrado na Escola Pública.

4.2.6 O candidato e o trabalho

Segundo Oliveira e Eiterer (2008), as políticas públicas não são suficientes para permitir que jovens e adultos possam inserir-se e manter-se como trabalhadores-cidadãos em condições de igualdade, competitividade no mercado de trabalho, além de não permitir a promoção de acesso e permanência a uma educação básica de qualidade.

Gráfico 2 – Inserção em atividade remunerada



Fonte: A autora (2017) adaptado do INEP (2016).

É grande o percentual de alunos trabalhadores nas duas modalidades de ensino, porém na EJA é maior. O trabalho é a principal causa do abandono dos estudos. A dupla jornada trabalho/estudo e atenção à família afastam/levam o estudante a interromper seu processo de escolarização.

Tabela 13 - Motivos que levaram a trabalhar

Motivos	Ensino Regular	EJA
Ajudar os pais	27,2%	32,1%
Sustentar a família	11,9%	41,2%
Ter independência	36,1%	65,5%
Adquirir experiência	37,0%	65,0%
Custear os estudos	27,4%	52,3%

Fonte: A autora (2017) adaptado do INEP (2016).

Ajudar os pais, compor a renda familiar, geração de renda para sustento da casa e conseguir a independência financeira estão entre os principais motivos que influenciaram os jovens na decisão de trabalhar, para a entrada dos candidatos no mercado de trabalho.

Alcançar a independência financeira foi o principal motivo que levou os candidatos a trabalhar, seguido da necessidade de adquirir experiência para entrada no mercado de trabalho.

Os candidatos da EJA apresentam os maiores percentuais no elenco de motivos que os levaram a trabalhar, dentre eles gerar renda para colaborar com os pais na despesa da casa, sustentar a própria família e custear os estudos.

A maioria dos candidatos de ambas as modalidades de ensino estudadas declarou ter começado a exercer uma atividade remunerada na faixa dos 16 aos 18 anos de idade.

Tabela 14 - Idade de início de atividade remunerada

Idade em anos	Ensino Regular	EJA
13	2,7%	7,7%
14	4,1%	8,5%
15	5,8%	8,2%
16	12,3%	14,6%
17	9,7%	10,9%
18	7,2%	17,1%
19	1,6%	4,7%
20	0,7%	3,0%
21	0,2%	1,3%
22	0,1%	1,0%
23	0,1%	0,6%
24	0,1%	0,4%
25 ou mais	0,3%	2,4%

Fonte: A autora (2017) adaptado do INEP (2016).

A inserção no mercado de trabalho antes dos 14 anos, como indicaram 7,7% dos candidatos da EJA ou aos 16, na maioria das vezes pode significar um trabalhador desqualificado, sem formação profissional e sem conclusão da educação básica.

A legislação determina a idade mínima de 16 anos para a entrada no mercado de trabalho. O Estatuto da Criança e do Adolescente limita 12 anos para o trabalho aprendiz e 14 anos para a efetiva entrada no mercado de trabalho. Para Robazzi e Oliveira (2001), a origem do trabalho do menor está possivelmente relacionada à pobreza familiar e sua inserção no mercado de trabalho formal ou informal surge como meio de garantir/auxiliar a sobrevivência da família.

Tabela 15 - Horas semanais de trabalho atual ou passado

Horas de trabalho	Ensino Regular	EJA
até 10 horas	9,1%	11,5%
de 11 a 20 horas	10,4%	7,1%
de 21 a 30 horas	7,2%	6,5%
de 31 a 40 horas	8,5%	21,5%
mais de 40 horas	9,8%	34,1%

Fonte: A autora (2017) adaptado do INEP (2016).

Na comparação das horas semanais de trabalho entre as duas modalidades de ensino, os candidatos da EJA apresentaram os maiores percentuais de horas semanais trabalhadas.

Tabela 16 – Frequência atual ou passada em curso profissionalizante

Origem	Sim	Não
Ensino Regular	19,4%	25,6%
EJA	34,1%	46,4%

Fonte: A autora (2017) adaptado do INEP (2016).

O acesso a cursos profissionalizantes é limitado pelo seu total. Pelo resultado do estudo, as vagas oferecidas não atenderam às necessidades dos candidatos.

Sobre a Educação Profissional, encontra-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: "O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional." (BRASIL, 1996).

4.3 O CANDIDATO E O ENEM

Realizar curso preparatório, pré-vestibular não faz parte da rotina da maioria dos candidatos das modalidades de ensino em estudo. Talvez pela falta de ofertas do curso em questão na rede pública.

Tabela 17 - Frequência atual ou passada em curso preparatório - pré-vestibular

Origem	Sim	Não
Ensino Regular	4,8%	40,2%
EJA	4,8%	75,6%

Fonte: A autora (2017) adaptado do INEP (2016).

A maior oferta de curso pré-vestibular é na rede privada, particular e requer um investimento financeiro que a maioria dos candidatos não tem condições de assumir.

Tabela 18 - Motivos de participar no Enem

Motivos	Ensino Regular	EJA
Testar conhecimentos	66,7%	64,3%
Conseguir emprego	71,8%	73,8%
Ingressar no Ensino Superior (Público)	85,0%	83,2%
Ingressar no Ensino Superior (Privado)	49,9%	54,0%

Fonte: A autora (2017) adaptado do INEP (2016).

Dentre os motivos que levaram os estudantes a participar do Enem 2014, novamente se encontram algumas semelhanças entre os candidatos das modalidades de ensino estudadas.

Testar conhecimentos, conseguir emprego e acesso ao Ensino Superior, na rede pública são motivos apontados pelos candidatos de ambas as modalidades de ensino. A diferença está no acesso ao Ensino Superior privado para 49,9% dos candidatos oriundos do Ensino Regular e 54% dos que vieram da EJA. Esta pequena diferença sugere que jovens e adultos da EJA não se sentem preparados para o Ensino Superior na rede pública e/ou aspiram vagas no Prouni ou outras políticas públicas do governo de acesso ao ensino superior.

O Enem é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Prouni ou participarem do FIES. Para ambos os Programas, os candidatos devem alcançar pelo menos 450 pontos da média nas provas e não obter zero na redação.

O Prouni promove o acesso às universidades particulares brasileiras para estudantes de baixa renda que tenham estudado o Ensino Médio exclusivamente em escola pública. Promove ainda a inclusão social concedendo bolsas de estudo de 50% a 100% em instituições de ensino superior privadas, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica.

Ter cursado o Ensino Médio exclusivamente em escola pública ou na rede particular, na condição de bolsista integral, apresentar renda familiar bruta *per capita* máxima de um salário mínimo e meio (para bolsa integral), comprovar renda familiar bruta *per capita* máxima de três salários mínimos (para bolsa parcial de 50%) e realizar o Enem são os requisitos necessários para entrada no programa.

O FIES, como uma possibilidade de financiamento para os estudos no ensino superior, foi criado pelo MEC em 1999. O FIES atende estudantes de baixa renda matriculados em instituições de ensino particular, que comprovem renda bruta familiar por pessoa de no máximo 2,5 salários mínimos.

Tabela 19 - Candidatos interessados no Prouni e/ou FIES

Origem	Prouni	FIES
Ensino Regular	79,3%	62,0%
EJA	83,9%	68,0%

Fonte: A autora (2017) adaptado do INEP (2016).

Participar do Prouni foi o motivo mais citado para a realização do Enem por 83,9% dos candidatos da EJA contra 79,3% dos que são oriundos do Ensino Regular.

A inscrição no FIES foi o motivo declarado por 68% de estudantes da EJA e 62% dos egressos do Ensino Regular.

4.4 RESULTADO DO DESEMPENHO

Os resultados obtidos na edição 2014 do Enem apontam um melhor desempenho dos alunos do Ensino Regular.

Tabela 20 – Resultados no Enem 2014

Origem	Nota para Certificação
Ensino Regular	25,8%
EJA	15,8%

Fonte: A autora (2017) adaptado do INEP (2016).

Encontra-se no Ensino Regular maior percentual de candidatos com nota suficiente para conseguir a Certificação da conclusão do Ensino Médio pelo Enem. Obtiveram nota para essa Certificação 25,8% dos candidatos do Ensino Regular contra 15,8% da EJA.

A quantidade de candidatos que não obtiveram nota para a certificação é maior no Ensino Regular (41%). Na EJA são 17,1%.

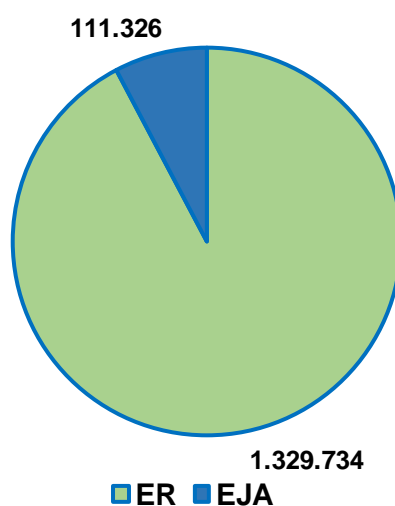
Os resultados indicam que os candidatos do Ensino Regular apresentaram desempenho superior ao dos egressos da EJA.

5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 CONCLUSÕES

O número de candidatos inscritos no Enem, egressos do Ensino Regular, é muitas vezes maior que o dos candidatos oriundos da EJA, caracterizando a difícil trajetória dos jovens/adultos que, na maioria das vezes, não conseguem concluir a educação básica. Para o total de alunos da EJA que consegue chegar à certificação do Ensino Médio, o acesso ao ensino superior é menor, quando comparado ao Ensino Regular.

Gráfico 3 - Inscrições para o Enem



Fonte: A autora (2017) adaptado do INEP (2016).

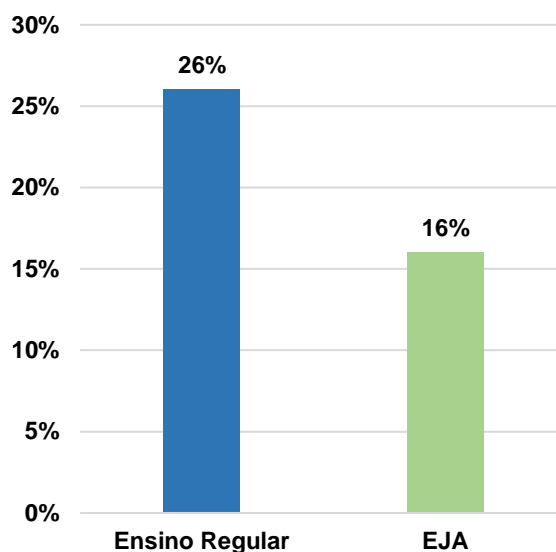
Essa desigualdade se expressa pois, dentre os candidatos que se inscreveram no Enem, com o objetivo de conseguir a certificação de conclusão do Ensino Médio, a maioria é egressa do Ensino Regular.

Apesar das políticas públicas implantadas pelo governo, a desigualdade no sistema educacional permanece, dificultando o acesso, a permanência e a conclusão da educação básica na idade correta.

Nesta edição do referido exame, 127.843 candidatos do Ensino Regular e 51.071 da EJA solicitaram a Certificação de conclusão do Ensino Médio.

Obtiveram nota suficiente para receber a certificação de conclusão do Ensino Médio 32.979 (25,8%) dos egressos do Ensino Médio e 8.071 (15,8%) dos candidatos da EJA.

Gráfico 4 - Nota para certificação de conclusão do Ensino Médio



Fonte: A autora (2017) adaptado do INEP (2016).

A maior parte dos candidatos, das duas modalidades de ensino, declararam que as famílias possuem renda mensal de até um salário mínimo, residem em casa própria e vivem na zona urbana.

A renda mensal da família e a escolaridade dos pais formam o *background* familiar que afetam o desempenho escolar do estudante e favorecem a desigualdade de oportunidades entre os candidatos das classes populares.

Na EJA encontra-se o maior percentual de pais que não estudaram. Nas duas modalidades de ensino as informações indicam que a maior parte dos pais concluiu o Ensino Fundamental e uma parcela significativa de candidatos desconhece o grau de escolaridade dos pais. No Ensino Regular é maior o percentual de mães que concluíram o Ensino Médio. Os dados revelam que poucos pais tiveram acesso ao Ensino Superior e os índices de acesso são maiores no Ensino Regular). O nível educacional dos pais é determinante para o sucesso ou insucesso da vida acadêmica dos filhos.

Participar dos programas do governo Prouni e FIES são os motivos citados pela maioria dos candidatos da EJA e do Ensino Regular, que os levaram a realizar o Enem, edição 2014.

Os candidatos da EJA apresentaram os maiores percentuais de evasão durante o Ensino Médio. No Ensino Regular a maioria dos egressos declarou não ter deixado de estudar durante o curso.

Na EJA, os candidatos, em sua maioria, declararam trabalhar mais de 40 horas semanais.

Ajudar os pais, sustentar a família, conseguir a independência financeira, adquirir experiência e custear os estudos foram motivos informados pelos egressos da EJA e do Ensino Regular para a entrada no mercado de trabalho. Em ambas as modalidades de ensino, os estudantes começaram a exercer uma atividade remunerada aos 16 anos.

A maioria dos candidatos informou não ter participado de curso preparatório pré-vestibular, porém um percentual significativo de estudantes declarou ter frequentado curso profissionalizante.

No Ensino Regular, os candidatos informaram nunca ter participado do curso da EJA. A maioria dos egressos de ambas as modalidades de ensino afirmaram ter frequentado o Ensino Regular.

Os egressos da EJA, em sua maioria, cursaram a Educação de Jovens e Adultos de forma presencial, na escola pública e apresentaram um percentual significativo de acesso a cursos profissionalizantes.

O trabalho, a falta de tempo para estudar foram os principais motivos informados pelos candidatos para deixar de frequentar o Ensino Regular. A maioria dos estudantes declarou ter se afastado da escola na faixa dos 15 aos 18 anos.

5.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos da EJA elaborados em sua homologação continuam atuais. O grande desafio é atender às demandas da sociedade, mobilizando governo, corpo docente e discente na oferta de uma educação de qualidade para jovens, adultos e idosos.

A educação de jovens e adultos deve atender às demandas da sociedade, não apenas colocar o trabalho como temática central, deve-se antes direcionar a educação para as reais necessidades dos educandos.

A Educação de Jovens e Adultos assume um novo papel: atender estudantes evadidos do Ensino Regular, principalmente pela distorção idade/série. Estes estudantes encontram refúgio na EJA, que enfrenta sérios desafios para atender às necessidades de sua clientela e, nestes casos, agrega novo desafio: oportunizar, para

estes jovens, a aceleração dos estudos. O Ensino Regular precisa criar políticas que evitem a exclusão e garantam a permanência dos jovens nesta modalidade de ensino.

O desempenho dos candidatos da EJA e do Ensino Regular apresentado nas provas do Enem 2014 e o percentual de estudantes de ambas as modalidades que obtiveram nota para a certificação, apontam a necessidade de uma reflexão sobre a qualidade da educação oferecida, como também sobre a adequação do referido exame para fornecer o diploma de conclusão do Ensino Médio.

O uso do Enem para certificação do Ensino Médio no Ensino Regular/EJA provoca um movimento de adequação dos currículos às lógicas das novas matrizes de referência e torna necessária a adoção de uma base curricular nacional comum

As deficiências do sistema regular de ensino público como as que promovem a evasão e a repetência que ocasionam a defasagem entre a idade/série, a possibilidade de aceleração de estudos (como o fato de concluir em menor tempo o Ensino Fundamental e Médio) e a necessidade do emprego, contribuem para a migração dos jovens para a EJA.

Dentre os candidatos que solicitaram a Certificação do Ensino Médio pelo Enem, edição 2014, a maioria é oriunda do Ensino Regular.

O Enem é um instrumento que possui muitas finalidades. Para muitos educadores, talvez não seja adequado para certificar o Ensino Médio de jovens e adultos com trajetórias acadêmicas diversas. Ele possibilita a aceleração e resolve o problema da distorção idade/série, porém não atende às reais necessidades de jovens e adultos em situação de desigualdade social.

Para este fim, o Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos (ENCCEJA) seria mais adequado pois promove a expansão das oportunidades de elevação/ continuidade da escolaridade.

Esta foi a opção do MEC pois, a partir da edição 2017, o Enem não será mais utilizado para certificação do Ensino Médio, o que volta a ser feito pelo ENCCEJA, a ser realizado em parceria com estados e municípios.

REFERÊNCIAS

- ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Avaliação diagnóstica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. *Ensaio: aval. pol. públ. educ.*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 82, mar. 2014.
- ARROYO, Miguel González. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares. *Revista de Educação de Jovens e Adultos*, Bahia, v. 1, p. 1-108, 2007.
- BELLONI, Isaura. Avaliação Institucional: um instrumento de democratização da educação. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 5, n. 9, jul./dez. 1999.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Leis de diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB n. 1, de 5 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF 9 jun. 2000.
- BRASIL. Portaria INEP nº 109, de 27 de maio de 2009. Estabelece a sistemática para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio no exercício de 2009 (Enem/2009). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 maio 2009. Seção 1, p. 56.
- BRASIL. Decreto n. 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 out. 2012.
- CARVALHO, Roseli Vaz Juventude na Educação de Jovens e Adultos: uma categoria provisória ou permanente?. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 9., 2009, Paraná. *Trabalhos apresentados...* Paraná: PUCPR, 2009.
- CASTRO, Jorge Abrahão. Evolução e desigualdade na Educação Brasileira. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 30, n. 108, p. 673-697, out. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0330108.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2017.
- COELHO, Ana Isabel de Além. *Estatuto Sócio-profissional dos pais e sua influência no rendimento acadêmico, nas expectativas parentais e no sentimento de eficácia parental*. 2010. Dissertação (Mestrado)–Psicologia Clínica, Departamento de Educação e Psicologia Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal, 2010.
- CORRÊA, Luiz Oscar Ramos. *Fundamentos Metodológicos em EJA I*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

DI PIERRO, Maria Clara. Descentralização, focalização e parceria uma análise de tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 27, p. 321-328, 2001.

_____. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas de educação de jovens e adultos no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1115-1139, especial - out. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

_____. A Educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul./set., 2010.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 21, n. 55, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300005>. Acesso em: 14 jan. 2017.

FERNANDES, Reynaldo. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)*. Brasília, DF: INEP/MEC, 2007.

FIGUEIREDO, Erick; NOGUEIRAY, Lauro; SANTANAZ, Fernanda Leite. Igualdade de oportunidades: analisando o papel das circunstâncias no desempenho do Enem. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 68, n. 3, out./set. 2014.

FORNARI, Liamara Teresinha. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, RS, v. 17, n. 1, p. 112-124, jan./jun. 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANISIO TEIXEIRA (Brasil). *Enem: Exame Nacional do Ensino Médio: Documento básico*. Brasília, DF: INEP, 2002a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484421/ENEM+-+Exame+Nacional+do+Ensino+M%C3%A9dio+documento+b%C3%A1sico+2002/193b6522-cd52-4ed2-a30f-24c582ae941d?version=1.2>>. Acesso: 14 jan. 2017.

_____. *Ministério da Educação cria avaliação para jovens e adultos*. Brasília, DF: INEP, 2002b. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/ministerio-da-educacao-cria-avaliacao-para-jovens-e-adultos/21206>. Acesso: 14 jan. 2017.

_____. *Questionário socioeconômico do Enem deverá ser respondido*. 2008. Disponível em: <http://inep.gov.br/artigo//asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/questionario-socioeconomico-do-enem-devera-ser-respondido/21206>. Acesso: 14 jan. 2017.

_____. *Textos teóricos e metodológicos: Enem 2009*. Brasília, DF: INEP 2009.

_____. *Base de Microdados do Exame Nacional do Ensino Médio 2014*. Brasília, DF: INEP, 2016. (Documento interno).

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA (Brasil). *Certificação do Ensino Médio*. Brasília, DF: INEP, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/certificacao-ensino-medio>>. Acesso: 14 jan. 2017.

KRAWCZYK, Nora. *O Ensino Médio no Brasil*. São Paulo: Ação Educativa, 2009.

LIPÚ, Vanusa Gabriel, LANDA, Beatriz dos Santos. Os Estudantes Indígenas no Ensino Médio de Dourado MS e o acesso ao Ensino Superior. *Anais do SEMEX*, n. 4, 2011.

MARTINS, Patrícia Portela. *O desafio do novo aluno EJA: crescente inclusão de jovens na busca profissional e acadêmica*. 2014. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/Modalidade_1datahora_02_11_2014_17_05_12_idinscrito_1323_0471c05d5fc2ffcd7be1e1d01fa8c19a.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2017.

MELO, Luzia Maria Cavalcante de; ARAKAWA, Victor Halsemann. Existe desigualdade regional na relação entre background familiar e desempenho escolar dos filhos? Evidências para as grandes regiões do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18. Águas de Lindóia. *Anais...* São Paulo: ABEP, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). Programa Universidade para Todos. *O Programa*. Brasília, DF: Prouni, 2016. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

_____. *Enem de 2011: Questionário traça perfil mais preciso de quem faz o exame*. 2011. Brasília, DF: MEC, 2011. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (Brasil). Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Relatório de avaliação*. Brasília, DF: MP, 2015.

OLIVEIRA, Paula Cristina Silva de; EITERER, Carmem Lúcia. *Evasão escolar de alunos trabalhadores na EJA*. Minas Gerais: UFMG, 2008. Disponível em: <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos_senept/anais/terca_tema6/TerxaTema6Artigo10.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2017.

PAIVA, Vanilda Pereira. *História da educação popular do Brasil: educação popular e educação de adultos*. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

ROBAZZI, Maria Lúcia do Carmo Cruz; OLIVEIRA, Beatriz Rosana Gonçalves. O Trabalho na vida dos adolescentes: alguns fatores determinantes para o trabalho precoce. *Rev. Latino-am Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 9, n. 3, 2001.

SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno. Situação Educacional de Jovens Brasileiros, na faixa etária de 15 a 17 anos. Brasília, DF: INEP; MEC, 2009. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/Situa%C3%A7%C3%A3o+educacional+dos+jovens+brasileiros+na+faixa+et%C3%A1ria+de+15+a+17+anos/8db0145d-0364-41f3-a5de-8bf8ebed74be?version=1.0>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

SILVA, Simone Gonçalves da. *Enem*: implicações no currículo e no trabalho docente em educação de jovens e adultos. In: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED, 11., 2016, Curitiba. *Trabalhos Apresentados ...* Paraná: ANPED, 2016. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/eixo13_SIMONE-GON%C3%87ALVES-DA-SILVA.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2017.

TORRES, Haroldo da Gama; BICHIR, Renata Mirandola; CARPIM, Thaís Pavez. Uma pobreza diferente? Mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda. *Novos estud. – CEBRAP*, São Paulo, n. 74, p. 17-22, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002006000100002&script=sci_abstract>. Acesso em: 28 abr. 2017.

TRAVITZKI, Rodrigo. *Enem*: limites e possibilidades do Exame Nacional do Ensino Médio enquanto indicador de qualidade escolar. 2013. 152 f. Tese (Doutorado)– Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2013.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James R.; FITZPATRICK, Jody L. *Avaliação de programas: concepções e práticas*. São Paulo: Gente, 2004.